



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ATA - PRE/SGPRE/STI

ATA DE REUNIÃO nº 1/2022

(CGESTIC)

Data	Horário	Local	Coordenador da reunião
04/03/2022	09:00	Gabinete do Secretário da STI	André Luiz Cavalcanti e Cavalcante

1. Objetivo

Efetuar o alinhamento das providências iniciais das unidades da STI com o PLANCONT 2022.

2. Participantes

Nome	Lotação	Ramal	E-mail
André Luiz Cavalcanti e Cavalcante (STI)	STI	7117	alcavalcante@tre-ba.jus.br
André Anton Hadad (COSUP)	STI/COSUP	7128	aahadad@tre-ba.jus.br
Flávio de Souza Dias (COSINF)	STI/COSINF	7132	flavio.dias@tre-ba.jus.br

Nome	Lotação	Ramal	E-mail
Elma Teixeira da Silva Santos (SEAGG)	STI/SEAGG	7128	etsilva@tre-ba.jus.br
Ivan Gomes Barbosa (GAB-STI)	STI/GAB	7118	igbarbosa@tre-ba.jus.br

3. Informes

André Cavalcante iniciou a reunião informando que o objetivo do encontro era fazer um alinhamento das providências iniciais das unidades da STI.

4. Discussão da pauta

4.1) André Cavalcante indicou que o contrato de service desk (COSUP) deverá ter início em 4/4/2022. Nesse momento, a empresa já começou a trabalhar nas providências preliminares para cumprir o contrato, mas, neste mês, não haverá custos para o TRE-BA;

4.2) Elma Santos (SEAGG) perguntou se haverá mudança do sistema OTRS? André Cavalcante respondeu que vai ser avaliado pela STI o sistema 4Biz a ser ofertado pela nova contratada, em substituição ao OTRS;

4.3) Houve discussão sobre a melhor forma de migrar os chamados OTRS para o novo sistema e tudo indica que todos os chamados serão zerados quando iniciar o novo sistema. Provavelmente, os OTRS serão finalizados pela equipe atual de suporte do TRE-BA. Entretanto, Hadad relatou que estão analisando a melhor forma de tratar desse assunto, inclusive ressaltou que o OTRS será mantido para as outras unidades. A mudança do referido sistema será apenas para a STI;

4.4) André Cavalcante anunciou que solicitou a aquisição de 2 (dois) “*video wall*” para auxiliar no monitoramento dos novos chamados;

4.5) O Presidente do CGesTIC informou a necessidade de estabelecer um fluxo para a abertura de chamado para a nova empresa (INTEROP). Disse que a COSUP já está providenciando a lista de serviços elegíveis, catálogo de serviços e lista de filas;

4.6) O Coordenador da reunião relatou a Flávio Dias (COSINF) a necessidade de providenciar os ativos de rede ainda para este mês, assim como estabelecer de que forma será monitorado (o quê e como serão monitorados) os chamados abertos para INTEROP;

4.7) Flávio Dias (COSINF) ressaltou a necessidade de disciplinar a forma como serão efetuados pela INTEROP os registros de ocorrências relativas aos serviços de telecomunicações de dados, haja vista o entendimento do Tribunal de que as solicitações a contratadas devem ser efetuadas pela equipe de fiscalização. Flávio também relatou a obrigação da fiscalização documentar as atividades de maneira formal (processual), ou seja, gerar a documentação do que foi solicitado a empresa e guardar em pasta digital específica. Citou que essa formalização já foi objeto de cobrança em auditorias anteriores;

4.8) O Secretário da STI informou que a COSINF está com 5 novos contratos, sendo da OI (backbone secundário) que também envolve o fornecimento de segurança “FORTINET” e o “*Access Point*” (wi-fi para todas as zonas eleitorais com velocidade mínima de 2 Mbps). Destacou que a OI juntamente com a SEINFRA (Sidney) fez uma nova topologia da rede do TRE-BA. Essa topologia possibilitará gerar arquivos de configuração do “FORTINET” que, a partir daí, os links instalados pela SITELBRA poderão ser avaliados com relação ao seu desempenho. André Cavalcante relatou que Sidney já solicitou evidências das velocidades dos links instalados pela SITELBRA nas zonas eleitorais do interior. A SITELBRA enviou, mas a SEINFRA falta atestar. Também afirmou que apenas 10 (dez) zonas eleitorais não tiveram os novos links instalados, em razão de problemas técnicos que dependem da intervenção da SGA do TRE-BA nesses locais;

4.9) André Cavalcante ainda disse que foram contratados 2 novos links de internet por duas novas empresas para haver redundância. Anteriormente havia um contrato com a OI de um link de 200 MB. Todavia, essas empresas ainda não iniciaram os serviços e, por essa razão, a STI solicitou a Administração do TRE-BA que efetuasse o pagamento desse serviço para a OI, por ressarcimento, até que os novos contratos estejam em execução;

4.10) Sobre a contratação das empresas dos 2 novos links, Flávio Dias (COSINF) disse que as pendências envolvem tanto o TRE-BA como as empresas, inclusive houve a intervenção de Sidney (SEINFRA) nesse momento. Por conta disso, ficou acertado que a SEINFRA (Sidney) irá promover reuniões com essas empresas para sanar as pendências, inclusive com a presença de Flávio Dias;

4.11) O Presidente do CGesTIC citou o contrato com a “THS TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA” (Contrato nº001/2022 – COSINF) que foi a empresa que “substituiu” a fábrica de software, a qual foi contratada especificamente para trabalhar no NAIA (Núcleo de Automação de Inteligência Artificial), JANUS e outras soluções. Essa empresa está com dificuldades de recrutamento em razão dos baixos salários indicados para os profissionais (engenheiro de software) na ocasião da licitação. Flávio Dias (COSINF) confirmou a dificuldade de recrutamento desses profissionais pela empresa e disse que iria ter uma reunião com seus representantes ainda hoje às 10:30h. Em seguida, André Cavalcante ressaltou a necessidade de sanar todas essas pendências para o início da execução dos referidos contratos, vindo, em seguida, a finalizar a explanação sobre os novos contratos da STI na reunião;

4.12) Na sequência, André Cavalcante informou que a STI comprou muitos equipamentos em 2021, totalizando 169% a mais do orçamento inicial previsto. Foram adquiridos 436 (quatrocentos e trinta e seis) computadores desktops para serem distribuídos às zonas eleitorais do interior e câmeras web para coordenadores e assessores;

4.13) O Coordenador da reunião afirmou que a COSINF adquiriu uma nova solução de backup para o TRE-BA. Entretanto, ainda não conseguiu utilizar a ferramenta, em razão do treinamento específico para habilitar

o uso da referida solução ainda não ter sido contratado pelo Tribunal. Elma Santos relatou que está em contato com a SGP sobre esse assunto e que aquela Secretária informou que está com dificuldades de contratação da empresa para esse fim. O Secretário da STI orientou que Elma Santos efetuasse a cobrança do referido curso, por e-mail, à SGP;

4.14) O Secretário da STI destacou que estão sendo feitos os ETP (Estudos Técnicos Preliminares) para a contratação de consultoria de ISO 27000, cuja equipe de contratação é Andréa (SEAGG) – fiscal demandante, Rilson (SEINFRA) – fiscal técnico e Oneíza (GAB-SJU) – fiscal administrativo. O Secretário da STI ressaltou a necessidade da STI não fazer o trabalho de fiscal administrativo e que toda a demanda administrativa dos contratos seja enviada para o fiscal administrativo pela COSUP (Hadad) e COSINF (Flávio), inclusive as relativas ao pagamento dos contratos. Tanto André Cavalcante como Flávio Dias concordam em ter uma área específica do tribunal para atuar como fiscal administrativo, a fim de se adotar uma rotina padrão para esse fim. André Cavalcante revelou que propôs essa mudança, mas teve que abortar para que não houvesse uma demanda maior de atividades para a STI;

4.15) Com referência as demandas de software, André Cavalcante pediu para Hadad (COSUP) se manifestar. O Coordenador da COSUP informou que existem muitas demandas de software (licenças) e que deveria haver uma redução da quantidade solicitada. André Cavalcante afirmou que houve uma redução formal dessa demanda, conforme reunião do CGovTIC. Em virtude disso, solicitou que Elma Santos localizasse a mencionada ata sobre esse assunto do CGovTIC e encaminhasse à COSUP. Hadad também afirmou que há demandas que ainda dependem de informações da SPL, SGP e SOF, mas as tratativas estão sendo realizadas por Marco Vídero e com previsão de conclusão nessa semana;

4.16) A vigência da contratação *web conference* (ZOOM) vai se encerrar em setembro/2022, segundo André Cavalcante. Após discussão sobre esse assunto, ficou decidido que Hadad (COSUP) consultará a SECONT, a fim de definir qual a melhor forma para viabilizar a continuidade desse serviço;

4.17) André Cavalcante esclareceu que o item do PLANCONT 2022 (Contratação de serviço de manutenção de suporte de software) é referente ao VOLARE;

4.18) O Secretário da STI apontou a necessidade de Hadad (COSUP) confeccionar o ETP (Estudo Técnico Preliminar) para a aquisição dos certificados digitais e o CGovTIC definirá os detalhes sobre o token físico no computador ou no celular;

4.19) Ainda em relação aos certificados digitais, André Cavalcante falou que o certificado digital CNPJ do Diretor Geral vai expirar e que Hadad providenciasse a renovação. Além disso, solicitou que Hadad verificasse se a demanda de certificados digitais para as zonas eleitorais será mesmo necessária, pois há um pedido da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) nesse sentido. Segundo Cavalcante, após consultar os responsáveis pelo SEI e PJE, não há necessidade de certificado digital para esses respectivos sistemas;

4.20) Com relação ao serviço de manutenção do contêiner datacenter, André Cavalcante é favorável formalização do aditivo contratual, inclusive com a proteção do “casco”, devendo-se aprimorar a fiscalização dos serviços contratados. Apenas deverá ser pensada em uma nova contratação na impossibilidade da viabilização do aditivo do ajuste;

- 4.21) André Cavalcante disse que Sidney (SEINFRA) solicitou a contratação de uma consultoria de segurança da informação, mas o Secretário não entende viável a contratação de duas consultorias nesse exercício. Diante disso, Flávio Dias propôs que haja um entendimento entre Sidney (SEINFRA) e Andréa (SEAGG) para ver se consegue incluir pautas de segurança de informação no ETP citado no item 4.14;
- 4.22) O Coordenador da reunião comunicou que a contratação de software antivírus está sendo providenciada por meio de adesão a ata de registro de preços do TSE;
- 4.23) No tocante à reforma da sede, André Cavalcante, após reunião com Maxwell (COMANP) fez os seguintes esclarecimentos: o Anexo II e o prédio dos cartórios não estão ligados por fibra ótica ao contêiner datacenter. Ambos estão ligados ao *switch* central que fica na sede. Essa ligação será efetuada durante a reforma da sede e do prédio dos cartórios;
- 4.24) O Secretário da STI solicitou a SGA a quantidade de pontos de rede em cada andar do Anexo III para que a STI possa estabelecer quantos *switches* vão ter em cada andar;
- 4.25) André Cavalcante apresentou o layout de localização das unidades da STI nos andares do Anexo III e a sequência da mudança física, ficando de fornecer essas informações aos presentes posteriormente;
- 4.26) O Presidente do CGesTIC mencionou que Gelson (SEINFRA), juntamente com Bruno (SEQUIP) levantaram a quantidade de *switches* por *racks* que podem ser aproveitados no Anexo III, tendo em vista que, conforme menção de Flávio Dias (COSINF), após a reforma, algumas unidades voltam para a sede, outras vão para o Anexo II;
- 4.27) O Coordenador da reunião disse a Flávio Dias (COSINF) que o *switch* do bloco 4 queimou e foi solicitado um relatório para Sidney (SEINFRA) para saber em que condições isso ocorreu, a fim de identificar possível responsabilidade de empresa contratada;
- 4.28) André Cavalcante solicitou à SEQUIP a quantidade de computadores e impressoras necessários a cada andar do Anexo III e uma estimativa de tempo necessário para efetuar a mudança desses equipamentos para cada andar;
- 4.29) Houve diversas ponderações dos integrantes da reunião sobre a mudança da STI para o Anexo III. Conforme explicação do Secretário da STI, até o momento, está definido que a STI, após a conclusão da reforma, ocupará o Anexo II e esse bloco 5 (atual da STI) será sala de juízes;
- 4.30) Após a conclusão do tema sobre reforma, o Secretário da STI cedeu a palavra para Elma Santos (SEAGG);

- 4.31) Elma Santos relatou que encaminhou SEI's para manifestação da COSUP e COSINF sobre os seguintes assuntos: revisão de normas de TIC em 2022 e proposição de iniciativas estratégicas para 2023;
- 4.32) André Cavalcante citou que a SOF informou que para o exercício 2023 haverá 9 milhões para execução de despesas com segurança da informação. Em 2022 são 8 milhões;
- 4.33) No que se refere a iniciativa estratégica para 2023, o Secretário pediu para Flavio Dias (COSINF) fazer um estudo e avaliar os custos de uma estrutura de backup secundária em um outro prédio. Inicialmente, Cavalcante pensou no CAT ou na Justiça Federal. Flávio alegou a necessidade de analisar as possibilidades de segurança física do local a ser escolhido para a colocação da mencionada estrutura;
- 4.34) O Secretário da STI revelou que há uma proposta de reestruturação de segurança da informação do TRE-BA em andamento para manifestação das unidades envolvidas que inicialmente contempla os integrantes da SEINF, SEINFO, Ouvidoria e Corregedoria. Essa iniciativa visa capacitar todos os referidos integrantes em tratamento de dados. Houve ponderações da equipe sobre esse assunto;
- 4.35) André Cavalcante revelou que propôs a implantação de 3 (três) protocolos de segurança cibernética, baseados na Resolução nº 396 do CNJ. Disse ainda que, o objetivo da contratação da consultoria sobre a ISO 27001 é criar um sistema de gestão de segurança da informação no TRE-BA. Em ato contínuo, pediu a Elma Santos para que fosse cobrado junto à SGP o curso da Fundação Dom Cabral sobre esse tema;
- 4.36) Elma Santos sugeriu que o curso de auditoria de segurança da informação a ser realizado nos dias 14 e 15/3/2022 tivesse a participação de membros da ETIR (Equipe de Tratamento de Incidentes de Redes) que são: todos os integrantes da SEINFRA, os chefes da SESAU, SEMIN, SEBDA. Cavalcante confirmou que vai participar do curso, juntamente com Flávio Dias, Andréa, Rilson e Elma. Hadad confirmou a participação de Marco Vídero e Marcos Assis. Com referência a participação de Christiano e Mirela, Flávio ficou de confirmar em outro momento.
- 4.37) Hadad informou que está saindo de férias por 15 dias, a partir da segunda-feira (7/3/2022).
- 4.38) Não havendo mais assuntos a serem abordados, a reunião foi encerrada por André Cavalcante (STI).

5. Observações importantes

Não houve.

6. Fechamento da ATA

Esta ata será validada após análise e aceite do conteúdo disposto, que se dará através da assinatura eletrônica dos participantes citados no item 2, no documento correspondente, anexado ao SEI 68-90.2022.6.05.8000.



Documento assinado eletronicamente por **Elma Teixeira da Silva Santos, Chefe de Seção**, em 18/04/2022, às 14:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Gomes Barbosa, Técnico Judiciário**, em 18/04/2022, às 15:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio de Souza Dias, Coordenador**, em 18/04/2022, às 15:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Cavalcanti e Cavalcante, Analista Judiciário**, em 18/04/2022, às 17:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **André Anton Hadad, Coordenador**, em 19/04/2022, às 16:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1898963** e o código CRC **E62BF19F**.